



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **0015488-92.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Impugnação de Assistência Judiciária - Assistência Judiciária Gratuita**  
 Impugnante: **Auto Posto Agito Ltda**  
 Impugnado: **Marçal Aparecido Pereira**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Proc. nº 1.660/12/01

Vistos, etc.

AUTO POSTO AGITO LTDA, já qualificada, impugnou o pedido de assistência judiciária gratuita requerido e concedido a MARÇAL APARECIDO PEREIRA, também qualificado, pleiteando a revogação do benefício, alegando que o beneficiado não pode ser considerado necessitado, haja vista que sua situação econômica lhe permite pagar as custas, na medida em que este é proprietário de veículo, é representante comercial e reside em condomínio.

O impugnado respondeu alegando ter direito a tal benefício inclusive, porque se enquadra na definição jurídica de pobreza, e a Constituição em seu artigo. 5º, inciso LXXIV, garante integral assistência jurídica a todos os que não possuam condições de arcar com os ônus processuais, facilitando assim o acesso à Justiça, razão pela qual pleiteou a rejeição da presente impugnação.

É o relatório.

DECIDO.

Realmente, improcede o pedido de revogação do benefício.

Com efeito, a impugnante não fez qualquer prova no sentido de dar sustentação aos fatos nos quais firmou seu pleito e não obstante ter juntando ao feito principal os comprovantes de abastecimento referidos, sequer indicou a renda auferida pelo impugnado. Assim, atento à distribuição do ônus probatório, de rigor afirmar-se que *probatio incubit qui dicet*, bem como que *iudex debe iudicare secundum allegata et probata partium*, ou seja, que a prova incumbe a quem afirma e que ao juiz cumpre julgar segundo o alegado e provado pelas partes (cf. VICENTE GRECO FILHO <sup>1</sup>).

Em favor do autor/impugnado, há o fato de ter firmado a declaração de pobreza, documento que de acordo com o estabelecido pelo art. 2º da Lei 1.060/51, cria a presunção legal de “necessidade”, de modo que mostra-se de rigor se o ter como impossibilitado de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTE a presente impugnação e MANTENHO ao impugnado MARÇAL APARECIDO PEREIRA os benefícios da assistência judiciária gratuita, ressaltando-se que se houver mudanças em sua condição econômica, de acordo com os termos

<sup>1</sup> VICENTE GRECO FILHO, *Direito Processual Civil Brasileiro*, 16ª ed., 2003, Saraiva, SP, n. 43.5.2, p. 188.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

legais, a presente decisão poderá ser revista. Sem custas e honorários advocatícios por ser medida incidental do processo principal.

P.R.I.

São Carlos, 07 de fevereiro de 2014.